

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-07-09

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Rocha, J. S. (2018). Da conjuntura política e social: Percepções e revoluções. In Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Ed.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial: Uma história militar concisa*. (pp. 75-92). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Further information on publisher's website:

<https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126903>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Rocha, J. S. (2018). Da conjuntura política e social: Percepções e revoluções. In Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (Ed.), *Portugal na 1.ª Guerra Mundial: Uma história militar concisa*. (pp. 75-92). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

DA CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL PERCEPÇÕES E REVOLUÇÕES

Jorge Silva Rocha

PERCEPÇÕES ...

Nos anos que antecedem a eclosão da I Guerra Mundial assiste-se em Portugal ao gradual estabelecimento de um ambiente político e social onde convergem e actuam um sem número de interesses particulares antagónicos e propiciadores de conflito.

Nos quatro anos que medeiam entre a implantação da I República, em Outubro de 1910 e 1914, consolida-se, fruto do descontentamento que entretanto se foi instalando, em face da lenta e incompleta concretização dos ideais da República, um quadro geral marcado pela existência simultânea de diferentes tipos de clivagens no seio da sociedade portuguesa, velhas e novas, constatáveis na crescente divisão e confronto entre classes sociais, entre dirigentes e funcionários, entre patrões e operários e, entre republicanos e monárquicos, ou seja entre o urbano e o rural.¹

Com uma taxa de analfabetismo a rondar os 75%, dificilmente seria possível à população portuguesa, na sua generalidade rural e mais interessada na obtenção dos meios de subsistência imediatamente necessários à sua sobrevivência, envolver-se na resolução das questões essenciais ao funcionamento das próprias comunidades em que estavam integradas e, menos ainda, comungar e participar civicamente na defesa dos ideais e transformações pretendidas pelo republicanismo.

O fosso entre o Portugal rural, conservador e profundamente arraigado aos valores tradicionais e aos ensinamentos da igreja católica, e o país urbano, reformista e rendido às tendências internacionais, era demasiado profundo e inviabilizava no imediato a implementação do programa republicano. A República estava “*condenada a enfrentar um país com estruturas culturais anquilosadas, pela falta de abertura ao exterior, e politicamente*

*deformado, pela prática viciada da democracia”.*²

Nestas condições, estava afastada qualquer possibilidade de implementação pacífica do programa republicano. A execução de tão profundas e radicais transformações levaria inevitavelmente ao conflito e confronto, inúmeras vezes directo e físico, entre os diversos actores. Refira-se que o conflito não foi exclusivo das comunidades rurais, à partida mais avessas e receosas da mudança, o confronto violento também esteve nas ruas dos principais núcleos urbanos do país, supostamente mais receptivos aos ideais republicanos, e nesses espaços acabou frequentemente por assumir também proporções de grande gravidade.

Ainda sem as condicionantes ditadas pela conjuntura de guerra, desde o início do ano de 1914 que era perceptível em Portugal uma tensão social permanente. Na primeira metade de 1914 atinge o seu auge um processo que, iniciado em 1911, levou ao surgimento e afirmação de clivagens em diversos campos da sociedade portuguesa propiciadoras do aparecimento de bem identificados e maioritariamente antagónicos, actores e forças que viriam a marcar a cena político-social portuguesa nos anos da Primeira Guerra Mundial.³

À cabeça das razões fomentadoras da agitação social está ainda a divisão entre republicanos e monárquicos que se manifestavam contra o regime, criticando os governos republicanos, opondo-se às suas iniciativas governativas e, no que respeita ao envolvimento de Portugal na frente europeia da Guerra, resistindo e criticando a opção seguida pelos republicanos de promoverem por todos os meios tal envolvimento. Causadora de séria preocupação entre os republicanos intervencionistas, esta oposição à participação de Portugal na guerra era pública e abertamente defendida pela generalidade dos monárquicos portugueses que, longe de constituírem um bloco homogéneo, contavam nas suas hostes com apoiantes quer da causa aliada quer maioritariamente dos desígnios Austríacos e Alemães. Inserindo-se num bloco conservador mais vasto existente na sociedade portuguesa, estes monárquicos do «ramo Miguelista» declaravam-se admiradores da ordem e disciplina alemãs, facto que contribuiu para que lhes fosse atribuído o epíteto de germanófilos.

Efectivamente, logo nos primeiros anos da República é perceptível a emergência, embora desprovida de organização formal, de uma difusa causa monárquica. Organização sem ligação oficial a qualquer força partidária, bater-se-ia pelo regresso à ordem constitucional monárquica e pela restituição do trono a D. Manuel II.

Esta causa monárquica, abalada na sua unidade pela existência de claras e divergentes ligações dos diversos sectores monárquicos que a constituíam a antagónicas forças políticas republicanas, actuaria quase sempre «na sombra» e a sua acção não chegaria a alcançar um impacto político digno de relevo.⁴ Não obstante a cisão política existente entre os diferentes «clãs», foi contudo possível congregar a acção das diferentes facções monárquicas no sentido da promoção e apoio às sublevações contra a República que, com início em 1911, iriam marcar os anos da I República. Sublevações que D. Manuel não apoiava abertamente procurando mesmo salvaguardar a posição institucional da Coroa, mantendo um certo distanciamento em relação aos seus promotores e evitando qualquer tomada de posição que pudesse ser interpretada como uma associação da monarquia a movimentos radicais e violentos que lutavam contra a República.

A questão religiosa, com fortes reflexos na sociedade portuguesa e, em particular, as

determinações da “Lei da Separação das Igrejas”⁵, aprovada em 1911, mantinha a sua actualidade e propiciava graves conflitos. Reclamada com insistência pelos republicanos, a lei apresentava, em abstracto, características que em condições ideais teriam levado a uma positiva modificação do tradicional relacionamento entre o mundo político e o religioso. No entanto, no momento da sua aplicação, a Lei acabaria por se revelar a causa de grande número de situações de conflitualidade social e religiosa, derivadas da intransigência e da falta de razoabilidade ditada por muitos dos artigos que lhe davam forma.⁶

Assim, “A Lei da Separação” não só levou ao confronto entre as mais altas instâncias católicas e políticas do país como também teve influência decisiva no afastamento ocorrido entre as hostes católicas mais tradicionais e os ideais republicanos do regime.

A conjuntura política e social portuguesa dos anos da Grande Guerra é também seriamente afectada pelo ressurgimento e afirmação de um movimento social, sobretudo operário, com fortes ligações ideológicas iniciais ao anarquismo e que, procurando garantir o sucesso da sua acção social e política, gradualmente abandonou os seus ideais reformistas fundadores e enveredou pela acção directa e pela crescente aceitação da doutrina do anarco-sindicalismo.⁷ A eclosão da guerra provocou no seio do movimento social anarquista português uma divisão entre pacifistas e antimilitaristas.⁸ Apesar destas divisões, ao longo dos quatro anos que durou o conflito, os anarquistas conseguiram fortalecer a sua influência no interior do movimento operário português.

Uma corrente anti intervencionista libertária teve a sua máxima expressão e exerceu a sua forte acção influenciadora em especial nas organizações sindicais existentes no Norte de Portugal.⁹ Em consequência, será também nessa região que ganharão força as demonstrações públicas de descontentamento relativamente às consequências imediatas derivadas do conflito em curso assumindo o anarquismo portuense a organização e liderança de um movimento de contestação que seria fortemente reprimido pelas autoridades. A partir de 1915 este movimento passou a manifestar-se contra a escassa disponibilidade de produtos de primeira necessidade e contra os elevados preços dos poucos géneros alimentícios disponíveis, procurando estabelecer uma relação causal directa entre tais dificuldades e o desenrolar da guerra na Europa, mas também com o crescente e forçado envolvimento de Portugal no conflito.

Num contexto económico muito difícil e em face da crescente repressão exercida pelas autoridades sobre as acções promovidas pelas organizações sindicais, é sem surpresa que se assiste ao surgimento das designadas «revoltas da fome». Mais do que a contestação e luta contra a intervenção de Portugal na Guerra, a partir do verão de 1914 assiste-se no país a uma luta interna que mobiliza as classes populares da sociedade portuguesa contra as crescentes dificuldades sentidas na obtenção de géneros essenciais, seja pela sua escassez seja pelos seus exorbitantes preços.

O descontentamento entre as classes mais humildes relativamente às apregoadas virtudes da República era evidente, em especial no Portugal rural cuja população, em face das crescentes dificuldades sentidas pelos agricultores, assume posições reivindicativas e de contestação mais musculadas, promovendo a organização de greves em diversas regiões do país.¹⁰ Greves que se estenderam também ao incipiente sector industrial português e que o

patronato procurou conter e reprimir com o apoio das forças da ordem.

As modestas conquistas alcançadas nos primeiros cinco anos da República, pela acção reivindicativa dos operários e que se traduziram em alguma melhoria salarial, de condições de vida e de estabilidade de preços de géneros essenciais, vão sendo anuladas pelo agravar da situação económica portuguesa sobretudo a partir de 1916. A partir desse ano, o movimento operário ganhou novo fôlego, intensificando as acções de luta contra a carestia de vida. A partir de meados de 1917, intensificam-se as greves em diversos sectores de actividade, ao mesmo tempo que ganha visibilidade uma generalizada onda popular de protesto e luta violenta contra o açambarcamento de géneros e a carestia que se expressa pelo assalto frequente a padarias e armazéns de víveres em especial nas cidades de Lisboa e Porto mas também um pouco por todo o país.¹¹ A partir do início de 1918, intensifica-se a acção repressiva das autoridades sobre os movimentos grevistas e as organizações sindicais. “*A máquina repressiva do Sidonismo é extensa e variada (...)*”.¹²

Para a constante irrequietude e afrontamento do regime por parte de largos sectores da população portuguesa contribuiu também a instabilidade do sistema político surgido com a República. Um sistema de partido dominante que a propaganda republicana tinha apregoado como laico e fundado no parlamentarismo, mas que durante largo tempo não reconheceria capacidade legal à maioria dos cidadãos portugueses para poderem exercer o direito de voto. Seria precisamente a cisão ocorrida no seio desse partido dominante, o Partido Republicano Português (PRP) e a sua fragmentação em três organizações partidárias fortemente influenciadas pelos respectivos líderes, a determinar em grande medida o ambiente de conflito vivido em Portugal nos anos da Primeira Guerra Mundial.¹³

O programa idealizado pelos Republicanos para o governo de Portugal, desejavelmente simples, acima de qualquer suspeita moral e irrepreensível, mostrava, portanto as suas debilidades logo a partir de 1911. A República, forma de governo em que o povo exerce a soberania por intermédio de delegados eleitos, seguiu uma prática institucional onde sobressaía um governo de assembleia, com poderes ilimitados e que negou, até 1918, a faculdade de eleger um Presidente aos cidadãos eleitores. Com efeito, até 1916 os Republicanos optaram por um método de sufrágio limitado, reservado apenas aos detentores das adequadas habilitações ou capacidades¹⁴, muito distante ainda do sufrágio universal. Demonstrando claro retrocesso em relação aos tempos da Monarquia, à data do início da I Guerra Mundial apenas era reconhecida capacidade para votar a metade dos portugueses maiores de idade.

Na década que se seguiu à implantação da República, e com apenas uma excepção¹⁵ até ao final da mesma, os governos democráticos ganharam sempre as eleições em contextos propícios à existência de fraudes eleitorais pela inexistência de sufrágio universal. Tendo defendido a existência de um governo regenerador formado em exclusivo pelos antigos revolucionários que trabalharia em prol do país, terá sido a contragosto que os republicanos viram surgir novos partidos no panorama político de então.

O PRP tinha-se fragmentado logo em finais de Outubro de 1911, data do congresso realizado em Lisboa. As acaloradas discussões e o ambiente de generalizada balbúrdia vivido no decurso do mesmo deixaram perceber a existência de divisões significativas no

seio do partido, divisões que acabaram por se cristalizar em partidos políticos. O grupo maioritário, encabeçado por Afonso Costa, que queria «uma república para os republicanos» e que não se coíbia de confrontar abertamente a Igreja Católica, herdaria o nome oficial do PRP, ou Partido Democrático, como era comumente conhecido, e também o seu aparelho partidário. Um segundo grupo, liderado por António José de Almeida, formado por elementos que tinham participado activamente na Revolução de 5 de Outubro e que defendiam a existência de uma República inclusiva e laica, mas sem antagonizar a Igreja Católica, constituiu-se como partido político no início de 1912 com a designação de Evolucionista. Também em 1912, um terceiro grupo de dimensões bastante reduzidas, que se agregara em torno de Brito Camacho, fundaria a União Republicana.¹⁶

A partir desse ano, a principal característica da vida política nacional será a instabilidade, facilmente constatável pela frequente sucessão de alterações ocorridas no parlamento, na presidência e nos governos do país. As causas imediatas dessa instabilidade são várias e manter-se-ão ao longo dos 16 anos que durou a I República. Desde logo a intervenção excessiva do Congresso dos Deputados na vida política do país, reunido em sessões parlamentares quase ininterruptas. O Parlamento condicionava claramente o tranquilo desenrolar da actividade governativa, fosse pelas excessivas interpelações aos membros do governo, pela constante acção obstrutiva das pequenas formações partidárias da oposição ou pelas constantes querelas ocorridas entre parlamentares que, mais do que a prossecução e defesa dos interesses do país, buscavam o desagravo e a concretização de agendas pessoais.

No período compreendido entre 1914 e 1918, a instabilidade governamental foi uma constante. Empenhados na obtenção de proveitos partidários, tantas vezes mera fachada para a defesa de interesses pessoais, os Executivos sucederam-se uns aos outros num ambiente político caracterizado pela dependência de maiorias parlamentares de difícil manutenção e pela incapacidade de forjar relações de entendimento com os partidos da oposição.¹⁷ Embrenhados em argumentações em torno da existência de corrupção política, da má concepção da legislação eleitoral e da fraude eleitoral, os oposicionistas insistiam na ideia de que a jovem República estava refém dos Democráticos e de um modelo que reputavam de ditatorial. Os Democráticos, por sua vez, ameaçados nos seus intentos respondiam com igual dose de animosidade às iniciativas das formações partidárias da oposição, contribuindo desse modo para a existência de um ambiente de tensão generalizada, que fomentou a suspeita mútua e inviabilizou qualquer possibilidade de aproximação e entendimento.

Neste contexto generalizou-se a convicção entre as forças oposicionistas de que só pela força e pela acção violenta seria possível criar as condições necessárias à definição de um novo rumo de governação para o país. Num ambiente de permanente crispação política, os conflitos e as Revoluções, mais ou menos violentas, acabaram por suceder-se com reduzido intervalo entre si. Entre 1914 e 1918 foram investidos 10 Governos e 4 Presidentes caíram na sequência de movimentos armados, revoltas ou crimes políticos. No mesmo período ocorreram um total de 98 eventos violentos graves de diverso tipo.¹⁸

Para este ambiente de conflitualidade contribuiu também o posicionamento dos diferentes governos no que respeita ao envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial, que variou sobretudo em função dos ideais defendidos sobre aquela matéria

pelos titulares do mais alto cargo dos diversos executivos. O debate público, de viva voz ou por intermédio da imprensa em torno da iminência de uma guerra em solo europeu, é inexistente em termos políticos até aos primeiros acontecimentos do mês de Julho de 1914. Os primeiros contactos com a conjuntura de guerra trazem a público a demonstração dos diferentes entendimentos existentes no seio das diversas organizações partidárias relativamente ao envolvimento de Portugal no conflito em causa.

A evolução e intensificação da conjuntura de guerra por toda a Europa é acompanhada de perto em Portugal e dá origem a acesas discussões onde cedo se constatarem claras clivagens entre os diversos sectores de opinião envolvidos na discussão sobre o modo de melhor defender os interesses nacionais portugueses. O grosso da opinião pública parecia não ter dúvidas de que a vitória no conflito pertenceria aos Aliados, pelo que se o país nele viesse a participar devia fazê-lo coligando-se aos futuros vencedores, garantindo dessa forma a manutenção da posse das suas colónias africanas e o ambicionado reconhecimento da «jovem» República portuguesa.¹⁹

No seio da classe política a divisão sobre esta questão era notória. O primeiro governo de Afonso Costa tinha caído em Janeiro de 1914, seguindo-se uma crise política que levou algum tempo a ser debelada pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga. Empenhado na obtenção de uma solução que acomodasse minimamente as aspirações das diferentes forças partidárias, Arriaga empossou Bernardino Machado como chefe do governo, um executivo marcado por enormes fragilidades. Como escreve Filipe R. de Meneses “*uma semana de guerra bastou para o Governo de Bernardino Machado se encontrar sob fogo cruzado entre as forças que recomendavam paciência e os que clamavam pela beligerância.*”²⁰ Por essa altura os partidários do partido Evolucionista de António José de Almeida²¹ declaravam-se favoráveis a um apoio à política dos Aliados ingleses mas só em caso de verdadeira necessidade. Quanto aos Unionistas de Brito Camacho defendiam o envio de efectivos e meios para a defesa das colónias, abstendo-se Portugal de uma intervenção directa nos confrontos em solo europeu. Já os Democráticos surgiam como o único grupo político defensor de uma intervenção directa e activa de Portugal no conflito, fruto da evolução das conjunturas interna e externa, que viria a ganhar alguma força e justificação nos derradeiros anos de 1914.

Como previra Afonso Costa em 1912, num afamado discurso proferido em Santarém, a questão da guerra e em particular a discussão em torno da participação de Portugal no conflito, marcaria indelevelmente a República. Alheada das grandes questões internacionais, a generalidade da população portuguesa não demonstrou interesse significativo pela questão até Agosto de 1914, momento em que de forma súbita romperam as hostilidades em solo europeu.

O ponto de não retorno do envolvimento nacional no conflito ficou definido no dia 17 de Outubro de 1914, data da aceitação formal do pedido formulado pela Inglaterra sete dias antes. No dia 19 tiveram lugar os primeiros confrontos com tropas alemãs em Angola e no dia 20 manifestou-se subitamente em Mafra a primeira revolução declaradamente anti guerrista. Instigada por elementos monárquicos, teve como resultado prático a ocupação da Escola de Tiro de Mafra em protesto contra a mobilização para a Guerra. Estava dado

o mote para um movimento de contestação que haveria de crescer nos diversos sectores da sociedade civil nacional e, inevitavelmente, também no seio da instituição militar.

... E REVOLUÇÕES

A revolta de Mafra constitui, assim, a primeira demonstração pública de força contra a mobilização geral que se adivinhava, mas também a prova de que, sob a capa da defesa de uma política de não intervenção na Guerra, uma parte significativa do movimento monárquico mantinha inalterada a vontade de derrubar a República. No ano de 1915 cresce significativamente o ambiente conflitual interno resultado da também crescente bipolarização da opinião pública. Os monárquicos manifestavam-se, em termos gerais, contra a Grã-Bretanha e os aliados; os católicos alinhavam com aqueles na crítica e na oposição ao regime republicano.²²

Em Janeiro, durante o designado Movimento das Espadas, uma parte significativa da oficialidade da guarnição militar de Lisboa, liderada pelos oficiais de Cavalaria e Lanceiros, protesta junto do Presidente da República, Manuel de Arriaga, e propõe-se entregar as suas espadas contra o que consideram ser actos de perseguição política – a transferência de unidade de oficiais tidos como desleais. Acusados de insubordinação, foram presos e enviados para bordo do cruzador *Cinco de Outubro*. Seriam mais tarde amnistiados durante o governo do General Pimenta de Castro. No mês de Maio tem lugar o principal momento de oposição aos poderes instituídos, a revolta de 14 de Maio contra o governo de Pimenta de Castro. A pretexto da decisão tomada pelo Presidente da República no sentido de serem amnistiados elementos monárquicos envolvidos em intentonas anteriores e, em particular, na revolta de Mafra de 20 de Outubro do ano anterior, os Democráticos puseram em marcha um golpe de Estado que acabou por levar à resignação do Presidente Manuel de Arriaga. É uma revolução que triunfa graças à acção concertada e quase exclusiva de unidades da Armada que, dirigidas pelo capitão-de-fragata Leote do Rego, se tinham insurreccionado às primeiras horas daquele dia. Por terra caíam as aspirações dos monárquicos de uma mudança de regime em seu favor.

É em 1915 que começam a fazer-se sentir com maior intensidade as dificuldades económicas e sociais derivadas da Guerra. As crescentes dificuldades na obtenção de bens essenciais associadas ao aumento significativo dos preços dos escassos géneros disponíveis para transacção, fizeram disparar o número de tumultos e desacatos, inicialmente em Lisboa e, progressivamente, um pouco por todo o país. A intervenção política para fixação dos preços do pão e de outros produtos alimentares de consumo corrente faz aumentar a impopularidade dos governos e o descontentamento um pouco por todo o país. Em especial em Lisboa, onde pobres e remediados da classe média urbana se unem em manifestações de protesto e no assalto a padarias e a armazéns de víveres. A questão das “subsistências” acabará por ser um dos principais motivos de preocupação ao longo dos anos da Primeira Guerra Mundial e condicionará em grande medida a política económica dos diversos governos. Política que, em termos gerais, se regia de acordo com três princípios: procurar garantir a disponibilidade de produtos de primeira necessidade, controlo dos preços de venda desses mesmos produtos e, promoção do aumento da produção e a autossuficiência alimentar das populações.²³

Em Julho de 1915, no recém-empossado governo e numa iniciativa que viria a ter importantes reflexos nas questões suscitadas em torno da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o major Norton de Matos passou a chefiar a importante pasta da Guerra. Pasta que, com o evoluir da conjuntura doméstica e externa, seria alvo de constante atenção e frequentes críticas em face das opções tomadas nos diversos momentos do envolvimento português no conflito. Caberia a Norton de Matos a tarefa de desencadear as primeiras acções necessárias à mobilização e preparação de uma força militar portuguesa destinada a intervir no teatro de operações europeu do conflito mundial em curso. Tarefa nada facilitada, se tivermos em conta que, a nível interno, tinham aumentado os problemas derivados da degradação das condições políticas que tinha levado ao arrastamento do processo de tomada de decisão; ao esboroar do frágil consenso inicialmente alcançado relativamente ao envolvimento português no conflito; ao surgimento de novas e mais graves frentes de tensão e conflito entre civis e militares.

No dia 20 do mesmo mês, em Lamego, entram na cidade cerca de um milhar de populares de ambos os sexos provenientes de várias freguesias do concelho, “*com o propósito de repetirem os mesmos motins que ultimamente se [vinham] dando em diferentes concelhos da região duriense...*” Em causa estava a chamada «questão duriense». A maior parte dos populares estava armada com machados, espingardas, espadas, foices, paus, punhais, baionetas, chuços de ferro, e facas, amarrados a uma das extremidades de paus. Deram entrada na cidade trazendo hasteadas duas bandeiras de fazenda preta podendo ler-se numa delas em letras brancas, “*o Sul arrasta-nos à fome*”.²⁴

Depois de deambular pela cidade exercendo forte pressão sobre os comerciantes locais para que encerrassem os seus estabelecimentos, a multidão de manifestantes reuniu-se em frente aos Paços do Concelho e nas ruas circundantes onde tinham sido postadas forças de segurança e militares que tinham por missão defender o mesmo edifício e as repartições nele instaladas. Pretendendo ver as suas reivindicações atendidas, o povo aglomerado na rua e jardim frontais ao portão forçou a entrada nos Paços do Concelho levando as forças policiais e militares que se encontravam no seu interior a abrir fogo contra os populares, ao mesmo tempo que algumas bombas rebentavam em frente ao edifício. Dos confrontos violentos resultariam 12 mortos e 19 feridos.

Entretanto, no mês de Outubro acalentava-se um pouco por toda a Europa a esperança de que a grande ofensiva planeada pelo comando militar aliado para a Primavera seguinte colocasse um fim definitivo e vitorioso no conflito, fazendo cessar a penosa sangria de vidas e meios. Em Portugal, Afonso Costa e os Democráticos, isolados de qualquer apoio, tudo faziam para envolver o País num conflito que, em última instância, poderia levar Portugal a alcançar o tão ambicionado reconhecimento internacional. A partir de Março de 1916 todas as atenções e prioridades passaram a estar centradas na edificação e treino de uma força militar expedicionária. Afonso Costa cede a presidência a António José de Almeida dando corpo à «União Sagrada».

Um pouco por todo o lado, sucediam-se desde o início do ano as acções violentas, os confrontos com emprego de armas de fogo e de bombas, os assaltos a armazéns de víveres, etc.

O empenhamento governamental, colocado na organização do corpo expedicionário que haveria de servir na frente europeia da Grande Guerra, contrasta desde logo com a oposição, mais ou menos pública, de um sem-número de oficiais do quadro permanente contra a intervenção no conflito. Numa tendência que vinha em crescendo desde a declaração de guerra a Portugal em 9 de Março, a política de intervenção seguida pelo governo de António José de Almeida levantava todo o tipo de reservas em largos sectores das diversas classes militares, em particular do Exército. A braços com uma crescente resistência em sectores hierárquicos mais seniores, Norton de Matos procurou o necessário apoio no seio das camadas republicanas mais jovens do oficialato onde não faltavam os elementos com experiência política pública. Com o apoio destes oficiais operou-se o chamado «milagre de Tancos», onde se organizou uma Divisão de instrução, foram instituídas escolas de oficiais milicianos e de recrutas e, procurando por cobro a abusos recorrentes, foi reformulado o sistema de recrutamento, tornando-o mais rigoroso e abrangente. A impopularidade das medidas governamentais tomadas no sentido de limitar a fuga ao recrutamento e mobilização teve como reflexo mais visível os actos de insubordinação e desobediência ocorridos entre as praças mas também no seio dos oficiais do Exército.

A 13 de Dezembro de 1916, ocorreu a revolta liderada por Machado dos Santos. O oficial de Marinha e herói do 5 de Outubro, julgando conspirar em segredo, preparou a partir de Tomar um golpe de estado que tinha como suposta força motriz algumas unidades militares descontentes que aguardavam embarque para a Flandres. Cercado por forças de Artilharia 8, comandadas pelo coronel Abel Hipólito, Machado dos Santos rendeu-se uma vez obtida garantia de protecção para si e para as forças conspiradoras, e foi conduzido ao Arsenal da Marinha em Lisboa, de onde foi transportado para o cruzador *Vasco da Gama*. Em função das dificuldades surgidas e da crescente animosidade popular, o primeiro embarque de tropas portuguesas para França seria feito a 26 de Janeiro de 1917, em surdina e por entre grande aparato de segurança assegurado pela Guarda Republicana Nacional Republicana.

Nos primeiros cinco meses de 1917 a política de guerra seguida pelo governo encontrou crescente discordância e oposição junto das franjas mais desfavorecidas das populações urbanas que se debatiam com enormes dificuldades derivadas da carestia de vida. O divórcio entre os objectivos do governo e as intenções da generalidade da população era por demais evidente e assumiu proporções de visibilidade pouco comuns nos restantes países beligerantes. A contestação popular, que se agravou, foi reprimida com violência pelas forças policiais e levou à suspensão de garantias fundamentais, em 20 de Maio. Na segunda metade desse mês, longe de acalmar, a situação piorou com a generalização das greves e motins violentos. O assalto a armazéns de víveres e os confrontos que deles derivaram, como a chamada «revolta da batata», causaram dezenas de mortos e feridos, motivando o fim da declaração do estado de sítio em Lisboa, no dia 12 de Julho. Gradualmente, o terceiro governo de Afonso Costa foi conquistando todo o tipo de oposições, tanto nos meios urbanos como nos rurais, que colocaram definitivamente em causa o principal objectivo da política Costista – a legitimação do regime por via da intervenção na Guerra.

Na segunda metade do ano ressurgiu, em dois momentos distintos, a agitação popular

relacionada com as questões religiosas e a Lei da Separação, reavivadas pelas expulsões do Bispo do Porto, em finais de Junho, e do Patriarca de Lisboa, no último dia de Agosto. A oposição foi ganhando força pelo alargamento dos seus apoios de base enquanto o governo, em sentido contrário, via a sua margem de manobra diminuída pelo estreitamento da sua base política de apoio.

A partir de Outubro de 1917 cresce a convicção, agora também nos meandros dos meios políticos, de que os Democráticos e Afonso Costa só poderiam ser travados nas suas intenções por via do golpe de Estado.²⁵ Na preparação do golpe de 5 de Dezembro de 1917 assumiu papel de destaque o major Sidónio Pais, antigo diplomata em Berlim, professor universitário e político. Os contornos da acção conspirativa que antecedeu este golpe de estado estão, apesar da escassez de fontes primárias que as comprovem definitivamente, abundantemente descritas em diversas obras cuja narrativa converge na apresentação de um cenário que tem como pano de fundo a sede do jornal *A Luta* e como personagens principais, além de Sidónio Pais, Brito Camacho, militares de diversas patentes e proveniências, elementos Unionistas e outros opositores dos Democráticos.²⁶ Por esclarecer estarão ainda hoje as verdadeiras razões que levaram Brito Camacho a abandonar as acções conspirativas, proibindo mesmo a sua realização, sendo no entanto plausível que tal facto se tenha ficado a dever ao excessivo protagonismo alcançado pelo inexperiente político Sidónio Pais e ao tipo de alianças que se antevia este poderia vir a promover no futuro. Seja como for, o partido Unionista, incapacitado de alcançar o tão ambicionado poder governativo e, na iminência de poder vir a ser dissolvido, avançou para a revolução e “(...) *constituiu um comité de oficiais agaloados que por lá abundavam, o qual delegando em Sidónio a tarefa perigosa das aliciações, reunia, uma vez por outra, para trocar impressões sobre a marcha dos trabalhos (...)*”²⁷

Continuação de um processo revolucionário que se pode afirmar constante, apesar de intermitente, e que teve o seu início sete anos antes, o golpe de 5 de Dezembro segue um guião ensaiado em tentativas anteriores. Orquestrado por figuras públicas relativamente bem conhecidas e colocadas, obrigou a um trabalho discreto mas eficaz de angariação de apoios no seio das Forças Armadas e em especial junto dos seus escalões hierárquicos mais baixos. “*Sidónio conversou com alferes, sargentos, simples marujos, etc., que lhe eram levados por civis amigos, por oficiais demitidos, por quem quisesse, enfim, contribuir para o bom sucesso da empresa (...)*”. A estes militares das fileiras somar-se-ia também o apoio importante de grande número de oficiais demitidos em função do fracasso das conjuras em que foram participando²⁸; dos cadetes da Escola de Guerra, “(...) *a quem seduzia a ideia aventureira de antecipar a sua hora de combatentes, afugentando a tiro um governo de quem ouviam dizer tanto mal (...)*”²⁹; de grupos de civis armados e com larga experiência no manejo de explosivos, adquirida nos constantes confrontos com os carbonários da chamada «formiga-branca».

Nos primeiros momentos da revolução de 5 de Dezembro, Sidónio Pais, depois de se fardar num quarto da Rua Gomes Freire, partiu à frente de uma força de 40 homens de Cavalaria 7 em direcção à Escola de Guerra onde, sem qualquer resistência, acabou por arregimentar cerca de 400 cadetes para a sua empresa. Rapidamente se passou palavra e, num súbito frenesim, os cadetes, onde se incluía o filho do próprio Sidónio, apressaram-se

a equipar e armar. “*Arrombavam-se portas, soltavam-se brados de alegria, e os aliciados, (...) radiantes gritavam os seus vivas (...)*”³⁰ À hora de jantar estava em marcha a revolução e, apesar das movimentações iniciais serem tudo menos discretas, o governo não tinha sido capaz de pôr em marcha qualquer tipo de acção para debelar a sublevação. Durante toda a noite Sidónio Pais teria também toda a liberdade para colocar em prática o seu plano ao mesmo tempo que reforçava o seu dispositivo defensivo com forças que, sem qualquer oposição das forças governamentais, foram chegando ao palco principal dos acontecimentos no alto do Parque Eduardo VII.

Ao longo do dia 6 de Dezembro o curso da revolta seguiu sem que se vislumbassem grandes movimentos de forças governamentais. As forças de Sidónio consolidaram as suas posições e levantaram barricadas nos principais acessos ao núcleo central da revolta enquanto alguns navios fiéis ao governo bombardeiam as posições revoltosas e a sua infantaria se limita a vigiar a zona do Parque Eduardo VII. O governo só 36 horas depois do início da revolução colocou em marcha o seu plano de contragolpe. Às primeiras horas do dia 7 colocaram-se finalmente em marcha as colunas governamentais saídas do Arsenal da Marinha que ficou sob a protecção de uma força composta por 100 marinheiros e cerca de quatro dezenas de elementos da Guarda Republicana.³¹ Por toda a capital reinava então a desordem, dispondo os revolucionários de clara e ampla liberdade de manobra militar e crescente envolvimento armado da população civil.

O governo capitulou finalmente. Afonso Costa foi preso no Porto e Norton de Matos e Leote do Rego abandonaram o Arsenal da Marinha e procuraram refúgio num navio de guerra inglês. Assim, os “*gros galons do democratismo, todos oficiais superiores, (...) acabavam de ser vencidos por duas dúzias de Alferes comandados por um major retirado do serviço há 15 anos.*” Efectivamente esta foi uma revolução que vingou nos seus objectivos militares pela acção empenhada de oficiais que tinham terminado os seus cursos na Escola de Guerra pouco tempo antes e dos seus cadetes, mas também de muitas centenas de civis que, desde o primeiro momento, aderiram à causa revolucionária. Sobre a participação empenhada e relevante dos cadetes alunos da Escola de Guerra no golpe de 5 de Dezembro de 1917 escreveu em tom épico, talvez premonitório, alguns anos mais tarde Teófilo Duarte: “*Esta comparticipação dos cadetes - futuros oficiais - vai ter uma importância transcendente não só por ser uma tropa de elite, como ainda porque mais tarde, pelos anos adiante, eles serão os elementos dinâmicos que nos Regimentos arrastarão os outros seus camaradas, na luta contra o democratismo. Eles serão no futuro, a projecção ameaçadora de Sidónio Pais.*”³²

Contrariando as expectativas acalentadas por muitos quanto às qualidades distintivas dos militares recrutados e formados depois da implantação da República, a nova geração de oficiais saídos da Escola de Guerra parecia enveredar por um ideal contrário à República parlamentar.³³ Em 27 de Dezembro, Sidónio Pais assumiu a Presidência da República em ambiente que continuava a ser de grande crispação. Do rumo seguido nos meses seguintes resultou uma situação política que se desenvolverá em duas fases: a ditatorial ou dezembrista, até às eleições de 28 de Abril de 1918, e a sidonista, também designada de *República Nova*, resultado da legitimação conseguida nas referidas eleições. “*Sidónio Pais vem baralhar as contas, agudizando os conflitos e resolvendo-os pela força.*”³⁴

Logo em 6 de janeiro de 1918 rebenta uma revolta contra o poder dezembrista levada a cabo por elementos da Armada com ligações estreitas aos Democráticos. Humilhados por Sidónio Pais quando fez desfilar desarmadas as forças de marinha durante a «parada da vitória», os marinheiros desenvolvem a sua acção a partir do quartel de Alcântara com as forças aí aquarteladas às quais, no dia seguinte, se junta a guarnição do cruzador *Vasco da Gama*, fundeado no Tejo em frente ao Terreiro do Paço. Sidónio Pais ordenou a colocação de peças de artilharia em pontos estratégicos de Lisboa e, sob o seu comando directo feito a partir do castelo de S. Jorge, o cruzador rebelado foi bombardeado e a revolta sufocada.

Nos dias que se seguem, numa acção destinada a afastar e silenciar os inimigos políticos do sidonismo, os governos civis são instruídos no sentido de dissolverem todos os centros políticos que tivessem actuado fora dos limites legais estabelecidos aquando da sua fundação. Dissolvidos são também todos os corpos administrativos (juntas gerais, câmaras municipais e juntas de freguesia) sendo substituídos por comissões nomeadas pelos governadores. No

Na última semana de Janeiro os representantes dos países aliados em Portugal, reunidos em Lisboa, decidem abandonar as reservas inicialmente declaradas e reatar as relações diplomáticas com o governo de Sidónio Pais, mas sem formalizarem a sua legitimidade.

Nas últimas semanas de Fevereiro o Conselho de Ministros decide-se pela realização de eleições por sufrágio directo, incluindo nesse propósito a eleição presidencial. Empenhado no apaziguamento das relações com a Igreja, o regime sidonista promove também a alteração da Lei da Separação do Estado das Igrejas. Segundo o legislador, procedia-se à revisão de preceitos “*violentos*” e “*atentatórios da liberdade de consciência e pensamento*”.³⁵ Eleito nas eleições de parlamentares e presidenciais de 28 de Abril, Sidónio Pais toma posse do cargo de Presidente da República no dia 9 de Maio. No Parlamento, parlamentaristas e presidencialistas digladiavam-se em longos e pouco produtivos debates, face visível da “*manta de retalhos*” em que se transformara o regime.³⁶

Nos cinco meses seguintes o ambiente conflitual interno continua difícil. No Porto as autoridades policiais desarticulam alegados *complots* anti sidonistas, com supostas ramificações por todo o norte do país. O mesmo se passaria em Setembro em Almada onde seria desmantelamento um *complot* orquestrado a coberto do movimento da União Operária Nacional. Estender-se-ia à Figueira da Foz, Santarém e Porto. No Sul sucedem-se também as greves do sector ferroviário.

No meio do coas, as dificuldades na obtenção de géneros alimentícios continuam e o governo determina a obrigatoriedade da venda de géneros que sejam excedentários para consumo próprio ou familiar dos seu detentores. É estabelecido o racionamento individual por senhas com quantitativos de géneros decididos e fixados administrativamente pelos Regedores das Freguesias. Por essa altura, de Norte a Sul o surto de pneumónica, ou gripe espanhola, causa em pouco mais de dois meses cerca de três dezenas de milhar de mortos de todos os estratos sociais, sem distinção de idade ou sexo.

A partir do mês de Outubro de 1918 as investidas oposicionistas sobre o regime sidonista ganham força. A situação política não agrada nem a democráticos nem a evolucionistas que continuavam a demonstrar publicamente o seu descontentamento pela forma como o governo desrespeita as garantias fundamentais dos cidadãos mas também, pelas opções por

ele tomadas relativamente à continuação do envolvimento de Portugal na Guerra. A 12 desse mês, tem lugar uma nova tentativa revolucionária em cidades como Lisboa, Coimbra, Porto, Penafiel e Évora. Em Coimbra revoltam-se duas unidades militares aquarteladas na cidade e em Évora militares e civis unem esforços para tentar dominar os governamentais. Sobre Coimbra, marcharam forças leais da Figueira da Foz e para Évora forças do mesmo tipo oriundas da 4ª Divisão militar. Sidónio Pais assume pessoalmente o comando de todas as forças do Exército e da Armada e é declarado o Estado de Sítio com suspensão parcial de garantias constitucionais em todo o território português, até 10 de Janeiro de 1919.³⁷ Da acção das forças de segurança resultou a prisão de várias centenas de elementos ligados ao Partido Democrático.

Cerca de um mês depois, a 18 de Novembro, esgotadas todas as possibilidades de negociação com governo, a União Operária Nacional propõe-se organizar uma greve geral em protesto contra as difíceis condições de vida que eram impostas às populações a pretexto da conjuntura e, sobretudo, contra a prevalência da crise das subsistências.

O movimento grevista é violentamente reprimido pelo governo com recurso a forças policiais e militares. O número elevado de prisões mas também a desmobilização que se foi operando no seio do operariado ao longo da preparação da greve fruto da assinatura do Armistício uma semana antes, levaram ao fracasso da iniciativa.

A 6 de Dezembro ocorre a primeira tentativa de assassinato do presidente Sidónio Pais, quando saía de Belém e se dirigia para uma cerimónia de condecoração dos marinheiros sobreviventes do navio *Augusto de Castilho*, afundado por um submarino alemão. De imediato a Câmara dos Deputados tomou a decisão, pouco consensual, de suspender uma vez mais as garantias até 10 de Janeiro e de manter a declaração de estado de sítio anteriormente decretada. Sidónio Pais acabaria por ser assassinado no dia 14 de Dezembro de 1918, na estação do Rossio, em plena baixa da capital portuguesa. Nos dias seguintes, a par das longas cerimónias fúnebres, o regime sidonista monocéfalo, definha e desagrega-se.

A descoberto ficam todos aqueles que, «navegando ao sabor da onda» se tinham dele servido para a consecução de objectivos próprios, bem como as nunca totalmente ultrapassadas divergências existentes entre republicanos e monárquicos. “*Pouco tempo depois, o país estava à beira da guerra civil, dividido entre a “Monarquia do Norte” e a República, a Sul.*”³⁸

O assassinato de Sidónio Pais é apenas mais uma jornada de um longo processo que em Portugal se desenvolveu ao longo de quase cinco anos, continuação de um ciclo mais vasto de degradação iniciado muito antes dos primeiros contactos com os «ventos de guerra» e da realidade do envolvimento forçado de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Um processo em cujo desenvolvimento nos anos de 1914 a 1918, indubitavelmente marcado pela conjuntura internacional de guerra, as condicionantes de carácter externo não chegam a sobrepor-se, em nossa opinião, à permanente instabilidade, agitação social e grave conflito interno, derivados das difíceis condições de vida da população portuguesa.

Para um mais amplo entendimento do ambiente conflitual existente no período em apreço ter-se-á que procurar compreender os diversos condicionalismos responsáveis pela sua aceleração ou acalmia bem como as suas interligações, nem sempre imediatamente

percepcionáveis. A somar a todas as dificuldades sociais, políticas e económicas existentes em Portugal nos anos que imediatamente antecedem a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o modo indefinido como foram conduzidas as questões relacionadas com o envolvimento de Portugal no conflito por parte dos decisores políticos nacionais provocou a divisão e um extremar de posições em diversos estratos da sociedade portuguesa: republicanos *versus* monárquicos, guerristas *versus* anti guerristas, germanófilos *versus* aliadófilos, meio rural *versus* ambiente urbano, operariado *versus* patronato. Enfim, algumas das faces mais visíveis de um ambiente marcado pelo conflito permanente. Conflito frequentemente violento e resultante tanto de acções espontâneas de demonstração de descontentamento e protesto pelas difíceis condições económicas de vida, como da acção premeditada e manipuladora de entidades e organizações, mais ou menos conhecidas, políticas, sindicais ou outras de cariz supostamente mais secreto.

O autor não adopta o novo acordo ortográfico.

NOTAS

- 1 FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7, p. 9
- 2 FRAGA, Luís M. Alves de, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa: EDIUAL, 2012. ISBN 978-989-8191-32-8, P. 70.
- 3 FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7, p. 11 *et seqs.*
- 4 CARVALHO, Paulo Archer de, “Causa Monárquica”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 600 *et seqs.*
- 5 Lei da Separação do Estado e das Igrejas de 20 de Abril de 1911
- 6 NETO, Vitor, “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 635 *et seqs.*
- 7 FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7, p. 13 *et seqs.*
- 8 HENRIQUES, Mendo Castro, “Belicistas e Pacifistas na Grande Guerra - Alemães e Franceses” in Actas XXIII Colóquio de História Militar, *Da Paz à Guerra*, Lisboa: CPHM, 2015, p. 569-577.
- 9 PEREIRA, Joana Dias, “Anarcossindicalismo”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 114-122.
- 10 SAMARA, Alice, PIRES, Ana Paula, “Greves e Movimentos Grevistas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 189-192.
- 11 PEREIRA, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: A Greve Geral de Novembro de 1918*, Lisboa: Portucalense Editora, 1971. p. 37.
- 12 TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português – Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977. p. 33.
- 13 FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7, p. 12 *et seqs.*
- 14 Sufrágio capacitário.
- 15 Eleições de 10 de Julho de 1921.
- 16 MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 978-972-23-2334-5, p. 244 *et seqs.*
- 17 *Idem*, p. 303 *et seqs.*
- 18 1914 - 22 eventos; 1915 - 46 eventos; 1916 - 10 eventos; 1917 - 16 eventos e 1918 - 4 eventos.
- 19 “Interesse nacional, interesse colonial e interesse republicano apontavam, pois para a intervenção na guerra ao lado dos Aliados”. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 978-972-23-2334-5, p. 303 *et seqs.*
- 20 MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa: Dom Quixote, 2015. ISBN 978-972-20-5877-3, p. 27.
- 21 PRE – Partido Republicano Evolucionista.
- 22 FRAGA, Luís M. Alves de, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa: EDIUAL, 2012. ISBN 978-989-8191-32-8, P. 177
- 23 PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Lisboa: CNCCR/ Caleidoscópio, 2011, p.15.
- 24 ANTT_ML_DGAPC_1aREP_MÇ.61_LIV.65, (520-623)
- 25 Para uma leitura mais detalhada de toda a conjuntura deste período veja-se TELO, António J., *A Primeira República I, Do Sonho à Realidade*, Lisboa: Editorial Presença, 2010. Para as questões relacionadas com a participação militar portuguesa na Grande Guerra veja-se a obra de FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

- 26 Veja-se DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, 1941, Lisboa: Portugalíia, pp. 158 *et seqs.* Veja-se também FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp.445 *et seqs.*
- 27 DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa: Portugalíia, 1941, pp. 158.
- 28 “(...) oficiais que, tocados pela tarântula política e ansiosos pela desforra do 14 de Maio e do 13 de Dezembro, em que o exército tinha sido enxovalhado, ardiam em desejos de redimir o país(...)”. *Idem*, pp. 164
- 29 *Idem, ibidem*
- 30 MARTINS, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, , Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa: 1921, p. 20
- 31 DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, 1941, Lisboa: Portugalíia, pp. 166 *et seqs.*
- 32 *Idem*, pp. 164
- 33 FERREIRA, José Medeiros, “O Sidonismo e os Militares”, *In* BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004, pp. 277 *et seqs.*
- 34 MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa: Dom Quixote, 2015. ISBN 978-972-20-5877-3, p. 388.
- 35 Decreto n.º 3856, Diário do Governo n.º 34/1918, Série I de 1918-02-23.
- 36 SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias””, *In* ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011, p. 386 *et seqs.*
- 37 Lei nº 832 - Diário do Governo n.º 271/1918, Série I de 1918-12-14
- 38 SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias””, *In* ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011, p. 391.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004.

CARVALHO, Paulo Archer de, “Causa Monárquica”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.

Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.

Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.

DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa: Portugália, 1941, pp. 158.

FERREIRA, José Medeiros, “O Sidonismo e os Militares”, In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol IV, Círculo de Leitores, Lisboa: 2003-2004.

FRAGA, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os Dois Segueamentos da Política de Guerra na 1ª República: 1916-1918*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FRAGA, Luís M. Alves de, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa: EDIUAL, 2012. ISBN 978-989-8191-32-8.

FREIRE, João, *Portugal Face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 978-989-689-433-7.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 978-972-23-2334-5.

MARTINS, Rocha, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, , Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa: 1921.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa: Dom Quixote, 2015. ISBN 978-972-20-5877-3.

NETO, Vitor, “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 635 et seqs..

PEREIRA, Joana Dias, “Anarcossindicalismo”. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume I-A-E. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2. p. 114-122.

PEREIRA, José Pacheco, *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: A Greve Geral de Novembro de 1918*, Lisboa: Portucalense Editora, 1971.

PIRES, Ana Paula. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Lisboa: CNCCR/Caleidoscópio, 2011.

ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011.

SAMARA, Alice, PIRES, Ana Paula, “Greves e Movimentos Grevistas”. *In Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II-F-M. 1ª Edição. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014. ISBN 978-972-556-558-2.

SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e Restauração da República. Uma «Encruzilhada de Paixões Contraditórias»”, *In* ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa, 2011.

TELO, António J., *A Primeira República I, Do Sonho à Realidade*, Lisboa: Editorial Presença, 2010.

TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português – Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977.